

MACAENSES, MIGRAÇÕES E REFUGIADOS: MACAU E XANGAI (1937-1964)

Alfredo Gomes Dias

Macau é uma cidade que se desenvolveu em torno do movimento comercial dos seus portos e da mobilidade de pessoas que, com as mais variadas origens, se foram fixando naquela pequena península do sul da China. Neste sentido, podemos afirmar que a história de Macau é uma história de migrações.

São estes movimentos migratórios e o cosmopolitismo da cidade que explicam as suas características multi e interculturais. A formação da comunidade macaense, na sequência dos contactos entre a população portuguesa e asiática é, talvez, a dimensão mais evidente de como a cidade se alimentou do convívio de diferentes espaços socioculturais, construindo entre eles uma síntese luso-asiática.

A comunidade macaense é, assim, filha dos movimentos migratórios que confluíram para Macau desde meados do século XVI: europeus, onde encontramos portugueses e espanhóis, holandeses e ingleses, e muitos outros; asiáticos que, além de chineses, inclui malaios e japoneses, indianos e tailandeses. Mas, os macaenses vão ser também os protagonistas de um importante movimento migratório que conduziu ao que é hoje reconhecido como a diáspora macaense, que se iniciou em meados do século XIX. A diáspora macaense é, atualmente, uma realidade social que deve ser considerada como parte integrante da projeção de Macau num mundo cada vez mais globalizado.

Neste longo processo de quase dois séculos, o regresso da comunidade dos “portugueses de Xangai” a Macau, a partir de 1949, desempenhou um papel fundamental na dispersão da comunidade macaense pelo mundo, assumindo, na sua plenitude, os contornos de uma diáspora.

É neste contexto que emerge o tema dos “refugiados de Xangai”, importando problematizar o seu contributo para a compreensão das mudanças que ocorreram nas práticas migratórias dos macaenses: os limites territoriais de uma Ásia próxima foram rompidos e outros países dispersos pelos cinco continentes foram adotados como territórios de destino. Tendo por base uma investigação que desenvolvemos

entre 2007 e 2015 sobre o fenómeno global da diáspora macaense¹, o presente capítulo propõe-se aprofundar o estudo sobre o movimento dos “refugiados de Xangai”, reconhecendo nele o processo histórico que construiu a ponte entre Macau e o mundo.

As fontes

O estudo sobre o movimento de refugiados de Xangai para Macau incide sobre um período temporal que se estende de 1937 a 1964. Estas balizas cronológicas foram definidas a partir da documentação que se encontra depositada no Arquivo de Macau (AM), embora se reconheça, como veremos mais adiante, que o regresso massivo dos macaenses que se encontravam a residir em Xangai se iniciou em maio de 1949.

No Arquivo de Macau consultaram-se os *Processos da Administração Civil* relacionados com a presença da comunidade dos “portugueses de Xangai”, na sua maioria naturais de Macau, mas também de Hong Kong e de outras cidades asiáticas. Esta população deu origem a uma importante comunidade que contribuiu para a formação da diáspora macaense, permanecendo em Xangai entre meados do século XIX e meados do século seguinte. Este extenso fundo documental, centrado na cidade de Xangai, inclui documentos com as mais variadas origens, com particular destaque para o Consulado de Portugal em Xangai e para o Governo de Macau. Estas fontes reúnem a informação que nos permitiu conhecer e analisar a fixação, o desenvolvimento e a extinção de uma das mais importantes comunidades macaenses na Ásia (Dias, 2016a).

Um segundo núcleo arquivístico foi fundamental para a realização deste estudo. Trata-se dos *Livros de Matrícula dos Cidadãos Portugueses do Consulado de Portugal em Xangai*, que integram o arquivo do Consulado de Portugal nesta cidade chinesa, a

¹ Dias, A. (2014). *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação Macau; Dias, A. (2015). *Refugiados de Xangai. Macau 上海葡裔難民在澳門 (1937-1964)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau. (edição bilingue: português e chinês); Dias, A. (2016a). *Diáspora Macaense. Territórios, Itinerários e Processos de Integração (1936-1995)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau; Dias, A. (2016b). *Refugiados de Xangai. Macau (1937-1964). Fundo Documental*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau.

qual se encontra à guarda do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. A consulta destes 21 livros permitiu-nos o acesso a 4223 registos realizados entre 1880 e 1952, ano em que o Consulado português em Xangai encerrou a sua atividade. Estes registos permitiram criar uma base de dados onde se inscreveram os nomes dos titulares dos registos e dos seus respetivos cônjuges, reunindo um total de 5263 nomes de portugueses, na sua esmagadora maioria naturais de Macau, Hong Kong e Xangai (migrantes de segunda geração), que constituíram aquela que ficou conhecida pela comunidade dos “portugueses de Xangai”.

Tivemos também a oportunidade de fazer o levantamento quantitativo da migração dos macaenses até 1995, a partir dos livros de Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, três volumes publicados pela Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau (Forjaz, 1996). Através do estudo das árvores genealógicas reunidas nesta obra, foi possível identificar 9445 migrantes e reconstituir os percursos migratórios das famílias macaenses, os quais nos ajudaram a traçar os seus principais padrões de mobilidade.

Ainda no que diz respeito às fontes primárias importa acrescentar a consulta da imprensa escrita de Macau, devendo destacar dois títulos: *Notícias de Macau*, jornal diário que começou a publicar-se em 25 de agosto de 1947; *O Clarim*, semanário religioso, fundado em junho de 1943, por iniciativa do Padre Manuel Teixeira (Teixeira, 1965/1999).

O contexto migratório

Não obstante os movimentos migratórios protagonizados pelas famílias macaenses que sempre existiram de uma forma mais ou menos pontual, consideramos que o fenómeno da diáspora macaense, tal como hoje o conhecemos, teve início na década de 1840, na sequência da I guerra do Ópio (1839-1842) e da ocupação da ilha de Hong Kong pela Grã-Bretanha. A cedência de Hong Kong ao império britânico, firmada pelo tratado sino-britânico de Nanquim de 29 de agosto de 1842, deu início a uma nova fase da história da Ásia Oriental e, em particular, da história de Macau (Dias, 1993; Dillon, 2010; Lovell, 2011). A partir de 1842, a

emigração macaense conheceu um salto quantitativo sem precedentes, iniciando novas práticas de mobilidade humana que se prolongaram até ao final do século XX.

Os primeiros macaenses que emigraram para a nova colónia britânica foram os irmãos Leonardo d'Almada e Castro (Goa, 1815 – Hong Kong, 1875) e José Maria d'Almada e Castro (Macau, 1823 – Hong Kong, 1881). Em 1836, Leonardo d'Almada e Castro começou a trabalhar como escriturário na Superintendência do Comércio Britânico em Macau, tendo acompanhado a mudança deste organismo para Hong Kong, em fevereiro de 1842, por decisão de Henry Pottinger. Com ele seguiu o seu irmão, José Maria d'Almada e Castro que também trabalhava na Superintendência Britânica desde 1841 (Forjaz, 1996; Sá, 1999; Dias, 2014).

Neste período de cerca de um século e meio, entre 1842 e 1995, a diáspora macaense conheceu duas fases. A primeira fase, que se prolongou até meados do século XX, teve como principal território de origem a cidade de Macau. Os territórios de destino foram as cidades de Hong Kong e Xangai: Hong Kong ocupada pela Grã-Bretanha em 1841; Xangai que aceitou a presença de comunidades estrangeiras integradas na sua malha urbana através das concessões internacionais, a partir de 1846.

A segunda fase ocorreu com o fim da II Guerra Mundial: do novo mapa mundo que foi desenhado após 1945 e da implantação da República Popular da China em 1949 emergiram novos movimentos migratórios com origem em Macau, Xangai e Hong Kong, transportando as famílias macaenses para os mais diversos pontos do mundo (Figura 1).

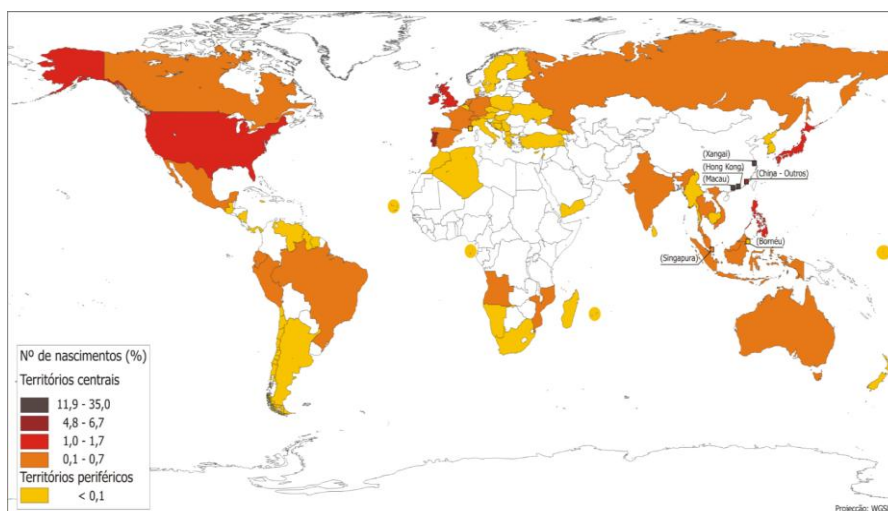


Figura 1. Níveis de influência: territórios da diáspora macaense (séc. XIX e XX) de acordo com os locais de nascimento dos migrantes. Fonte: Forjaz, 1996. Cálculos do autor (Dias, 2014).

A bom rigor, a invasão da China pelas forças militares japonesas em 1937 e o massacre de Nanquim, iniciado com a ocupação da cidade em 13 de dezembro daquele ano, marcaram o início da II Guerra Mundial. A invasão japonesa em 1937 alertou para a possibilidade de uma onda de refugiados se dirigir a Macau, começando o Governo a preparar-se para essa eventualidade. No entanto, foi a chegada das tropas do Exército Popular de Libertação a Xangai, em maio de 1949, e o fim da Concessão Internacional e da Concessão Francesa que desencadearam a saída das comunidades estrangeiras que viviam nesta cidade, onde se incluíam os macaenses, maioritariamente migrantes de segunda geração, que encontraram em Macau um porto de abrigo (Fairbank, 1992; Hsü, 1995; Fenby, 2008; Dillon, 2010).

A comunidade dos “portugueses de Xangai”

No que diz respeito à comunidade que se instalou em Xangai, os primeiros nomes de portugueses que se fixaram nesta cidade surgem na “List of Foreign Residents in Shanghae”, publicada em 1850 no *North-China Herald*². Entre os 157 nomes que constituem esta lista, podemos identificar seis portugueses: António José Homem de Carvalho, António dos Santos, Cypriano E. do Rozário, J. P. Cordeiro, J. S. Baptista e, ainda, Pedro José de Almeida Silva Loureiro. Quatro destes migrantes

² *North-China Herald*, Xangai, 23 de setembro de 1850.

eram empregados de comércio em empresas ocidentais e dois trabalhavam na tipografia do jornal *North-China Herald*, que se publicava em Xangai (Dias, 2014).

Dos 5263 emigrantes registados no Consulado de Portugal é possível conhecer os territórios de origem (naturalidade) de 4269 pessoas, pois nem todos os registos contém toda a informação prevista (Tabela 1).

Numa primeira abordagem à análise destes diferentes grupos de migrantes, podemos constatar a existência de uma certa coerência entre os seus territórios de origem, tendo em conta o contributo, quantitativo, que deram para alimentar a comunidade macaense de Xangai: o grupo que mais se destaca reúne Macau, Hong Kong e Xangai, as cidades em solo chinês que são as protagonistas deste fluxo migratório; seguem-se os territórios asiáticos vizinhos, como Singapura, Tailândia e Filipinas, aos quais se juntam a China (excluindo aquelas três cidades) e o Japão; segue-se o grupo que, para além dos EUA, reúne os países europeus da Grã-Bretanha, Alemanha/Áustria e França; depois, surgem agregados Portugal e as suas possessões coloniais; finalmente, o último grupo é aquele que associa a Europa de Leste, a Rússia e a Manchúria Russa.

O primeiro grupo (83,1%) inclui os três territórios de origem do fenómeno da diáspora macaense, com destaque para Xangai. O facto de Xangai aparecer em primeiro lugar traduz a lógica de fixação dos macaenses nesta cidade, pois as 1953 pessoas identificadas são migrantes de segunda geração que nasceram naquela cidade. Do mesmo modo, os migrantes com origem em Hong Kong, são migrantes macaenses de segunda geração que nasceram na colónia britânica e que optaram por se deslocar para Xangai.

Territórios de origem (naturalidade)	N.º	%
Xangai	1 953	83,1
Macau	1 122	
Hong Kong	471	
China	232	9,0
Japão	109	
Singapura/Tailândia/Filipinas	44	
EUA	66	3,3
Grã-Bretanha/Irlanda	36	
Alemanha/Áustria	30	
França	8	
Portugal	56	2,3
Possessões Portuguesas	44	
Leste Europeu/Rússia/Manchúria	98	2,3
TOTAL	4 269	100,0

Tabela 1. Número migrantes registadas no Consulado de Portugal em Xangai, por naturalidade (1880-1952). Fonte: Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Cálculos do autor (Dias, 2014).

O segundo grupo desta tabela (9,0%) remete para os movimentos migratórios que os macaenses já viviam na região do Sueste Asiático e da Ásia Oriental, antes de 1842. Entre os territórios de destino destes movimentos migratórios encontramos regiões da China vizinhas de Macau e de Cantão; alguns dos portos chineses abertos ao comércio internacional em 1842; o Japão que, na década de 1850, reabriu também os seus portos; e as praças comerciais asiáticas com quem Macau, desde sempre negociou, como as Filipinas, o Sião (Tailândia) e Singapura. Os migrantes macaenses nascidos nestes territórios, muitos deles acompanhados pelas suas esposas nascidas, por exemplo, no Japão e nas Filipinas, participaram também no fluxo migratório que teve Xangai como destino.

Chega aos 3,3% o número de migrantes registados como portugueses no Consulado de Portugal em Xangai, informando serem naturais de quatro países europeus – Grã-Bretanha, França, Alemanha e Áustria – aos quais acrescentámos os EUA. Os americanos, britânicos e franceses são, maioritariamente, do sexo

masculino. Trata-se fundamentalmente de homens que casaram com mulheres macaenses e que, desse modo, integraram a comunidade. Neste conjunto de migrantes registados no Consulado de Portugal em Xangai, a existência de indivíduos naturais da Alemanha e da Áustria tem uma história completamente diferente. Vagas sucessivas de judeus chegaram a Xangai: uma dessas vagas diz respeito a judeus russos fugidos da guerra civil e outra refere-se a migrantes da Europa central quando, no final da década de 1930, a política antissemita de Hitler colocou no exílio dezenas de milhar de judeus. Entre 1937 e 1939, 20 mil judeus europeus instalaram-se em Xangai (Henriot & Roux, 1998). Para Bergère (2002), o número total de judeus presentes nas concessões estrangeiras ascendeu a 25 mil. A procura de proteção por parte desta população levou-a a baterem à porta dos consulados que se encontravam a funcionar em Xangai, e o Consulado de Portugal não foi exceção. Alegando possuírem ascendência portuguesa, apesar de o não poderem provar, muitos deles ficaram registados a título “Provisório” e foram aceites; alguns, depois da guerra, foram “Cancelados” (Dias, 2014).

O quarto grupo (2,3%) inclui migrantes naturais de Portugal, compreendendo aqui as ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, assim como as possessões coloniais africanas e asiáticas (Estado da Índia e Timor). Devemos salientar que o número de migrantes naturais de Portugal e suas possessões coloniais era muito reduzido e quase exclusivamente masculino: apenas 100 migrantes partiram rumo a Xangai, ao longo das diferentes décadas que balizam temporalmente este estudo. Para os portugueses de origem europeia, Xangai era um território demasiado longínquo e os seus destinos migratórios encontravam-se, nesta época, direcionados para outros continentes. Por outro lado, muitos destes migrantes não chegaram a Xangai vindos diretamente dos seus territórios de origem: para muitos, esta era mais uma experiência migratória, entre outras, que conheceram ao longo da sua vida.

Finalmente, representando apenas 2,3%, encontramos um conjunto de migrantes registados no Consulado de Portugal em Xangai com origem no leste europeu, Rússia e Manchúria. Também este grupo, apesar de diminuto, transporta uma história singular. Os 98 migrantes deste conjunto de territórios são na sua esmagadora maioria mulheres que integraram as famílias macaenses por via do casamento. As relações de proximidade entre os macaenses e as mulheres de origem

rusa que dominam este conjunto de migrantes nasceram do facto de serem duas importantes comunidades estrangeiras que se encontraram presentes nas concessões estrangeiras de Xangai. Um bom exemplo de como esta cidade se transformou num importante ponto de encontro de diferentes fluxos migratórios internacionais.

Para concluir esta breve caracterização da comunidade dos “portugueses de Xangai” podemos avançar com a análise da sua distribuição pelo território da cidade, tendo por referência as moradas que por eles foram indicadas nos registos consulares (Figura 2).

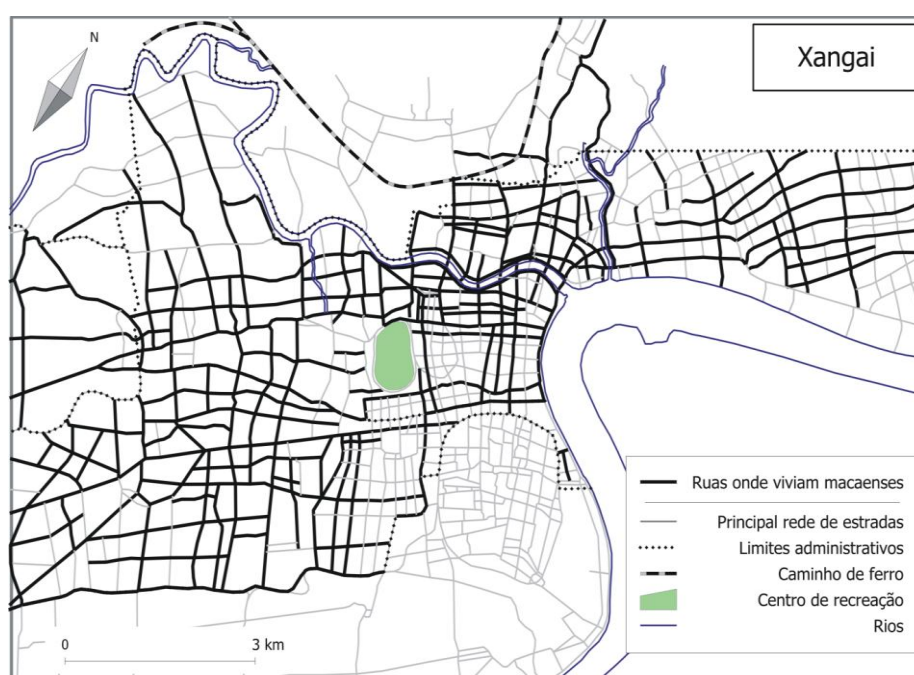


Figura 2. Fases de expansão das áreas de residência da comunidade macaense nas concessões estrangeiras de Xangai (1880-1952). Fonte: Ged (1997); Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Mapa do autor. (Dias, 2014).

O que importa salientar é a progressiva ocupação das ruas de Xangai pelas famílias macaenses, levando-as a distribuírem-se por todo o espaço urbano. Esta distribuição traduz a forte integração da comunidade no tecido económico e social de Xangai, numa lógica que apontava para a sua permanência definitiva (Dias, 2014). Todavia, uma nova conjuntura histórica vai apontar num sentido radicalmente diferente, como veremos de seguida.

Os primeiros refugiados em Macau

Na segunda fase da diáspora, que ocupa a segunda metade do século XX, os territórios de Xangai, Hong Kong e Macau assumiram um novo papel. Xangai deixou de ser um território de destino da emigração macaense e transformou-se, em exclusivo, no território de partida de uma comunidade que, à semelhança das restantes comunidades estrangeiras presentes nas concessões internacionais, abandonou completamente a cidade. Hong Kong, nos anos de ocupação japonesa, viu também saírem muitos elementos da comunidade macaense que optaram por se refugiar em Macau, num comportamento semelhante ao dos seus familiares que também abandonavam Xangai. No entanto, uma vez passados os anos da guerra e após a retirada das forças nipónicas, Hong Kong voltou a exercer o seu forte poder atrativo sobre a comunidade macaense, vindo regressar muitos dos macaenses que se haviam refugiado em Macau. Quanto a Macau, à semelhança de Hong Kong, nestes anos de viragem para a segunda metade do século XX – que conheceram as consequências dramáticas de uma guerra que abalou o mundo de uma forma brutal –, passou a desempenhar a dupla função de território de acolhimento de todos os que nesta cidade procuraram refúgio e, simultaneamente, de partida, não só para os que, vindos de Hong Kong e Xangai, decidiram iniciar uma nova experiência migratória, como também para outros macaenses que, à semelhança dos seus velhos progenitores, continuaram a escolher a emigração como forma de resolver o problema da sua débil situação económica e social.

Foi este o contexto que fez confluír à cidade de Macau milhares de refugiados de Hong Kong e de Xangai, os quais começaram a chegar ao Território em 1938 (Dias, 2016a).

A violência do conflito sino-japonês levou o Governador Artur Tamagnini de Sousa Barbosa (1937-1940 – 3.º mandato) a tomar providências urgentes no sentido de receber e instalar na cidade os portugueses que, vindos de Xangai, nela se quisessem refugiar. O alerta foi lançado pelo cônsul de Portugal em Xangai, depois de consultado o Ministério das Colónias em Lisboa, que deu a sua anuência para que fossem tomadas as medidas consideradas necessárias, num telegrama datado de 17 de agosto de 1937. Na sequência deste alerta, o Governador de Macau publicou uma portaria, quatro dias depois, a tomar as primeiras medidas para preparar a receção aos

“portugueses de Shanghai que dali tenham de retirar forçadamente, pela situação anormal desta cidade”³.

No dia 18 de maio de 1949, Macau recebeu o primeiro grande grupo de macaenses que, saindo de Xangai no dia anterior, procuraram no Território a paz que lhes era negada pela guerra civil que se prolongava na China. O avanço das forças comunistas foi-se apertando em redor de Xangai. O conflito aproximava-se do seu fim e Xangai, no dia 27 de maio, viu render-se o que restava do exército nacionalista às forças do Exército Popular de Libertação e “a população voltou a dormir em sossego”⁴. A chegada deste grupo não impediu que, individualmente ou com a família, antes e depois daquela data, muitos macaenses fizessem a viagem até Macau: “De Xangai chegara, anteontem, mais dois portugueses daquela cidade, sendo ambos da conhecida família Roliz. Bem-vindos”⁵ (Dias, 2015).

Em três aviões fretados pelo cônsul de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brasão, os macaenses de Xangai chegaram a Macau cerca de vinte e quatro horas depois de terem abandonado aquela cidade chinesa.

O voo saiu de Xangai às 16,30 horas, do dia 17, e os aviões da «China Air Transport Company» aterraram em Cantão às 23:30 horas, pois estavam impossibilitados de o fazer em Hong Kong depois das 20:00 horas. Por isso, tiveram de dormir uma noite em Cantão, alguns no hotel, outros no aeródromo, mas todos aguardando pela viagem que os levaria a Hong Kong e, depois, a Macau. Segundo testemunho de um dos pilotos, os aviões em que seguiam os macaenses foram alvo dos disparos das forças nacionalistas, tendo conseguido escapar ilesos⁶.

Deixaram Cantão às 8:45 horas e aterraram na colónia britânica 45 minutos depois, onde foram recebidos pelo cônsul português que lhes ofereceu um almoço no Club Lusitano. Finda a refeição, chegou a hora de embarcar para Macau no vapor «Kwong Tung»: 110 portugueses, “na sua maioria mulheres e crianças, as quais,

³ Portaria de 21 de agosto de 1937, do Governador A. Tamagnini (1937-1940 – 3º mandato). *Boletim Oficial de Macau*, n.º 34, de 21 de agosto de 1937, p. 560.

⁴ *Notícias de Macau*, Macau, 28 de maio de 1949, p. 1.

⁵ *Notícias de Macau*, Macau, 28 de maio de 1949, p. 3.

⁶ *Notícias de Macau*, Macau, 20 de maio de 1949, p. 1.

tomadas de susto e cheias de tristeza, vêm buscar nesta terra portuguesa que serviu de berço à maior parte deles”⁷ (Dias, 2015).

Com a ajuda dos documentos depositados no Arquivo de Macau é possível fazer uma caracterização sociodemográfica dos migrantes que chegaram a Macau, nos dois primeiros anos (Dias, 2015).

A primeira característica a analisar deve dirigir-se à origem/naturalidade que os 389 refugiados indicaram no primeiro livro de registos (1949-1951)⁸, sobressaindo, desde logo, os frágeis vínculos que mantinham com a cidade onde procuraram abrigo (Tabela 2).

Territórios de origem (naturalidade)	N.º	%
Xangai	253	65,0
Hong Kong	50	12,9
Macau	40	10,3
China	26	6,7
Rússia	7	1,8
Tailândia	4	1,0
Japão	4	1,0
Coreia	1	0,3
Timor	1	0,3
Portugal	1	0,3
Singapura	1	0,3
Lituânia	1	0,3
Total	389	100,0

Tabela 2. Naturalidade dos refugiados registados em Macau (1949-1951). Fonte: Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*. Cálculos do autor (Dias, 2015).

A relação histórico-cultural que os levou a escolher Macau como porto de abrigo, remonta aos primeiros movimentos migratórios que formaram a comunidade

⁷ *Notícias de Macau*, Macau, 19 de maio de 1949, p. 1.

⁸ Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*.

dos “portugueses de Xangai”. Mas, estes refugiados eram, na sua esmagadora maioria, representantes da segunda geração daqueles primeiros migrantes, nascidos em Xangai (65,0%) ou em Hong Kong (12,9%), estes últimos com um itinerário migratório anterior à sua fixação em Xangai. Os restantes territórios de origem/naturalidade oferecem-nos o retrato da dispersão espacial que já existia, antes do início da mobilidade dos macaenses para Xangai, nomeadamente, em diferentes portos chineses, Tailândia e Japão. Destes territórios e dos restantes, como é o caso da Rússia, surgem também, como refugiadas, mulheres que integraram as famílias macaenses por via do casamento.

Esta realidade social dos refugiados transportou consigo uma fragilidade que dificultou a sua integração em Macau: muitos deles eram já falantes de inglês, como primeira língua, e, conseqüentemente, com um frágil domínio da língua portuguesa. Em alguns dos casos não sabiam, de todo, falar português.

Também a estrutura etária dos refugiados nos ajuda a melhor caracterizar o fenómeno social que se encontrava na base de uma mobilidade forçada, com origem num conflito militar. Enquanto que a emigração, com motivações económicas e sociais, envolve pessoas em idade ativa, entre os 20 e os 40 anos de idade, no caso dos refugiados, como os de Xangai-Macau, a estrutura etária surge com uma forma muito distinta: as faixas etárias até aos 20 anos e superiores aos 59 anos são as que apresentam percentagens mais elevadas, reunindo quase metade do grupo de pessoas que se registou em Macau nos anos de 1949-1951 (Figura 3).

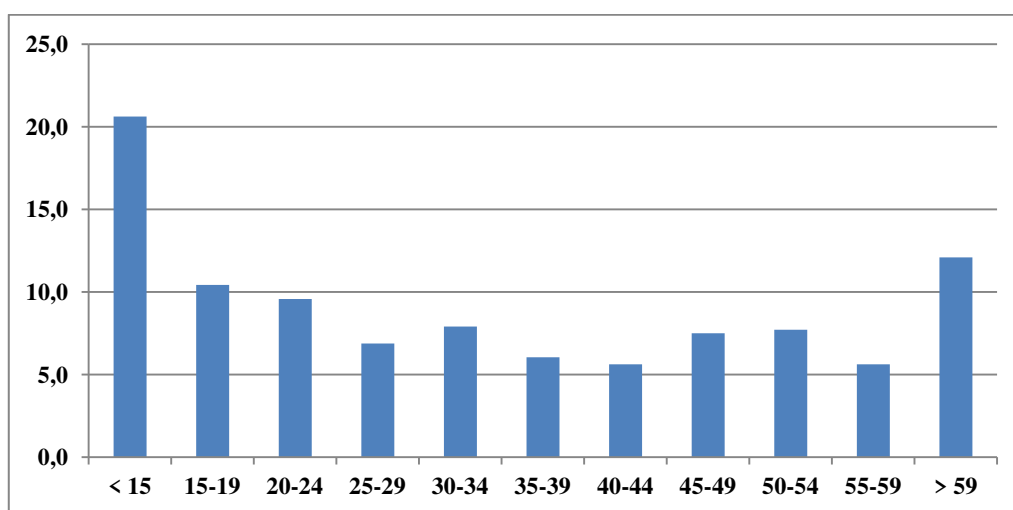


Figura 3. Estrutura etária dos refugiados registrados em Macau (1949-1951). Fonte: Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*. Cálculos do autor (Dias, 2015).

Esta estrutura etária revela que nos primeiros grupos de refugiados foi dada prioridade às crianças e jovens, assim como aos idosos, o que corresponde a um padrão de comportamento comum neste tipo de mobilidade humana: as pessoas, principalmente os homens, em idade ativa ficaram a aguardar uma segunda oportunidade para viajar e, entretanto, dedicaram-se às tarefas inerentes a quem se vê obrigado a pôr um ponto final numa vida construída em Xangai. No entanto, no que diz respeito à distribuição por sexo, este grupo de refugiados apresenta um grande equilíbrio entre homens e mulheres.

Interessantes são também as profissões indicadas por 396 refugiados inscritos, refletindo o espaço que a comunidade macaense ocupava no tecido socioeconómico de Xangai (Tabela 3).

Profissões	N.º	%
Empregado Comércio	105	26,5
Marítimos	10	2,5
Comerciante	5	1,3
Outras profissões	20	5,0
<i>Doméstica</i>	<i>156</i>	<i>39,4</i>
<i>Estudante</i>	<i>51</i>	<i>12,9</i>
<i>Desempregado</i>	<i>49</i>	<i>12,4</i>
TOTAL	396	100,0

Tabela 3. Profissões indicadas pelos refugiados registados em Macau (1949-1951). Fonte: Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*. Cálculos do autor (Dias, 2015).

Das profissões que os refugiados indicaram na sua ficha de inscrição confirma-se, em primeiro lugar, que o setor comercial absorvia a maior parte dos macaenses de Xangai; em segundo lugar, não pode ser ignorada a elevada percentagem de pessoas em situação vulnerável e de grande dependência, nomeadamente as domésticas (mulheres sem profissão), os estudantes (jovens ainda em idade de prosseguir os seus estudos) e os desempregados (uma percentagem elevada, que chega aos 12,4%), perfazendo um total de 64,7% (Dias, 2015).

Uma outra nota se impõe em relação aos “desempregados”. Esta era uma situação laboral que a comunidade não conheceu durante os seus cerca de 100 anos de existência porque os macaenses facilmente se integraram no tecido empresarial de Xangai e no seu intenso movimento financeiro, comercial e marítimo (Dias, 2015). No entanto, esta situação modificou-se na década de 1940, devido à degradação da situação económica e social de Xangai, vivendo um período de grande turbulência político-militar.

O acolhimento em Macau

O acolhimento ficou nas mãos do Governo de Macau e da Santa Casa da Misericórdia de Macau (SCMM), instituição que nasceu com o estabelecimento dos portugueses naquela pequena península localizada no delta do rio das Pérolas, no sul

da China, na segunda metade do século XVI: “O Governo da Colónia e a Santa Casa da Misericórdia de Macau tomaram, voluntariamente, sobre os seus ombros o oneroso e inalienável encargo de velar pela situação dos refugiados e promover a melhoria das suas condições vitais”⁹. Tratava-se de registar, acolher e integrar uma vasta comunidade que, em poucos meses, se instalou em Macau. Depois dos primeiros grupos que chegaram logo no mês de maio de 1949, circulava nas páginas dos jornais da cidade que muitas outras centenas estariam para chegar: “Lembro, igualmente, como esclarecimento final, que existem, presentemente, em Xangai, 1500 portugueses, dos quais cerca de trezentos estão desempregados e têm a seu cargo famílias numerosas”¹⁰.

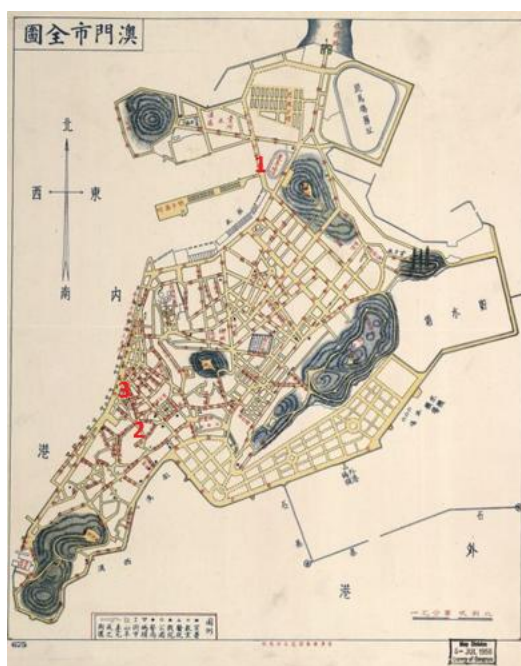
O Governo de Macau garantiu o apoio financeiro e socioeconómico à sua integração em Macau. A Repartição Central dos Serviços da Fazenda e Contabilidade disponibilizou os fundos requeridos pela Repartição Central dos Serviços de Administração Civil, de acordo com as solicitações da SCMM. A Repartição Central dos Serviços de Administração Civil assumiu a tarefa de receber, registar e avaliar a situação socioeconómica dos refugiados. A Santa Casa da Misericórdia ficou com a missão de alojar e manter os refugiados que não tivessem meios de subsistência e, posteriormente, organizou os centros de acolhimento criados especificamente para albergar os refugiados de Xangai (Figura 4)¹¹.

A partir de 1953, o Governador de Macau autorizou o levantamento mensal de 40 mil patacas para fazer face às despesas com os refugiados. Esta verba esgotava-se, fundamentalmente, em três rubricas: ajuda alimentar (75%), saúde (12%) e consumos de água e eletricidade (4%) (Dias, 2015).

⁹ *Clarim*, Macau, 4 de dezembro de 1949, p. 3.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Despacho de 14 de maio de 1949, do Governador Albano Rodrigues de Oliveira (1947-1951). Arquivo de Macau: Movimento dos refugiados vindos de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20078 - AH/AC/P20004 - A1521, fls. 147-147v.



Legenda:
Centro Nº 1 – Casa dos Pobres (Canídromo)
Centro Nº 2 – Luso-Chinês (Calçada do Gamboa)
Centro Nº 3 – Rua Nova do Comércio

Figura 4. Localização dos centros de refugiados em Macau. Fonte: Exposição “Os Refugiados de Xangai – Macau (1938-1964)”. Macau, 2015.

Um dos principais apoios disponibilizados pelo Governo de Macau centrou-se na necessidade de garantir os custos de transporte, a concessão de vistos e os documentos que comprovassem a nacionalidade portuguesa às pessoas que, abandonando Xangai, pretendiam fixar-se em Macau. A ausência de documentação levou a que muitos refugiados solicitassem a intervenção dos serviços de Macau no sentido de regularizarem a sua situação de “indocumentados”. O passaporte provisório obtido em Xangai não era suficiente para resolver o problema e sabemos que este é um drama que se arrastou até à década de 1980 e foi, muitas vezes, necessário solicitar o apoio dos registos paroquiais de Macau para fazer prova de nacionalidade portuguesa de muitos refugiados de Xangai (Dias, 2015):

SENHOR GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE MACAU
EXCELENCIA

Anne Park, maior, solteira, doméstica, moradora na Travessa do Padre Narciso N° 1, rés-do-chão, vem mui respeitosamente expor e requerer a V. Ex.^a o seguinte:

A suplicante é (...) natural de Shanghai, sendo a sua dita mãe de nacionalidade portuguesa.

Não tendo podido (...) fazer a prova da sua referida filiação ilegítima, por ocasião em que deixou essa cidade do Norte da China, apenas conseguiu que o Consulado Geral de Portugal, aí, lhe emitisse um passaporte provisório...

A requerente veio para esta cidade, como refugiada, tendo aqui chegado em 4 de Setembro de 1952...

Entretanto, caduca a validade do seu dito passaporte, tendo a requerente, em vão, até à data, tentado conseguir a renovação do mesmo no Consulado de Portugal em Hong Kong...

É nestes termos que a requerente se dirige a V. Ex.^a solicitando para que lhe seja concedido um salvo-conduto válido até ao fim do corrente ano.

ESPERA DEFERIMENTO

Macau, 26 de Junho de 1953.¹²

Também na área da educação e da saúde, o Governo de Macau mobilizou esforços para reunir as condições necessárias ao acolhimento dos refugiados de Xangai, não obstante as limitações orçamentais que se viviam nessa época, devido ao impacto que a II Guerra Mundial teve na Província. Ao nível da saúde, os serviços hospitalares foram dando resposta às necessidades dos refugiados a pedido dos serviços do Governo de Macau:

Repartição Central dos Serviços de Saúde

Ao Exmo. Sr. Chefe da Repartição Central dos S. de Administração Civil

Macau, 29 de Janeiro de 1953

(...) informo V. Ex.^a de que já pode ser prestada assistência odontológica gratuita, na consulta de estomatologia do Centro de Saúde, aos refugiados de Xangai.

Mais informa V. Ex.^a de que o horário das consultas é o seguinte:

¹² Requerimento de 26 de junho de 1953, assinado pela macaense Anne Park, e dirigido ao Governador de Macau, Joaquim Marques Esparteiro (1951-1956). Arquivo de Macau: Movimento dos refugiados vindos de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20076 - AH/AC/P-20002 - A1520 / A1521, fls. 54-55.

Das 9 às 13 horas e das 15 às 17 horas.

A Bem da Nação

O Chefe dos Serviços.

*Aires Pinto Ribeiro*¹³

Considerando o número significativo de crianças que existia entre os refugiados de Xangai, a disponibilidade de meios para garantir a sua presença nas escolas constituiu uma prioridade. Em 1952 existiam cerca de 70 raparigas a frequentar as escolas do Sagrado Coração e o Colégio de Santa Rosa de Lima, e cerca de 30 rapazes a estudar na Escola Yut Wa¹⁴.

Uma das questões que se colocava com particular acuidade era o facto de os refugiados de Xangai dominarem bem a língua inglesa, não acontecendo o mesmo em relação à língua portuguesa. A necessidade de recrutar novos professores passou a ser uma prioridade e a Escola Yut Wa, através de um requerimento dirigido ao Governador Joaquim Marques Esparteiro, solicitou a concessão de um subsídio para a contratação de um professor de língua portuguesa para lecionar junto das crianças portuguesas, refugiadas de Xangai¹⁵.

Esta preocupação com o ensino da língua portuguesa, essencial para facilitar o processo de integração dos migrantes no território de acolhimento, levou a que três figuras de grande relevo no apoio social prestado aos refugiados de Xangai, nesta época – os padres Lancelot Rodrigues, Luís Ruiz e Valois – se dirigissem ao Governo de Macau a sugerir “que como portugueses que são e estando em terra portuguesa

¹³ Ofício N.º 140 de 29 de janeiro de 1953 do Chefe dos Serviços de Saúde, Aires Pinto Ribeiro, para a Chefe da Repartição Central dos Serviços de Administração Civil. Arquivo de Macau: Movimento dos refugiados vindos de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20076 - AH/AC/P-20002 - A1520 / A1521*, fl. 99.

¹⁴ Ofício N.º 714-M, de 3 de setembro de 1952, do Secretário do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macau, António Ferreira Batalha, para o Chefe da Repartição Central dos Serviços de Administração Civil. Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*, fl. 301.

¹⁵ Requerimento de 3 de setembro de 1952 da Escola Yut Wa, dirigido ao Governador de Macau, Joaquim Marques Esparteiro (1951-1956). Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*, fls. 302-303.

poder-se-ia dar maior impulso ao estudo da língua Pátria fazendo-o absolutamente obrigatório”¹⁶.

Chegar e partir de novo: o regresso às migrações

Desde a sua chegada a Macau que se anunciou a sua “partida”. No dia em que a cidade recebeu o primeiro grande grupo de refugiados, os jornais colocaram logo a hipótese do seu futuro próximo ser o envolvimento num novo movimento migratório, mas agora com destino às colónias portuguesas africanas: “Entendemos que os refugiados portugueses, válidos, poderiam ser, desde já, identificados, por determinação do governo da metrópole, a fim de irem sendo colocados em Angola e Moçambique, à medida que isso fosse possível.”¹⁷

Relembremos que nas décadas de 1940 e 1950, num movimento inverso ao que se verificava por toda a Europa que já havia dado início aos processos de descolonização, o regime do Estado Novo em Portugal incentivou milhares de portugueses a emigrarem para Angola e Moçambique:

Mas o aspecto mais marcante desta evolução está no novo peso que ganha desde finais de quarenta a emigração para as colónias de África – a qual, pela primeira vez na história do império, representa quase metade da emigração total, entre 1847 e 1960. É então – só então – que se forma um núcleo extenso de população europeia nas duas principais colónias: em Angola, passando-se de 44 000 brancos em 1940 para 173 000 em 1960; em Moçambique, de 27 500 a 97 000, mas mesmas datas.¹⁸

Mas, se a emigração se transformou em realidade, os destinos migratórios não foram os previstos nos artigos de opinião, publicados nos jornais de Macau. Em 1953, já muitos refugiados tinham saído de Macau, emigrando para um vasto leque de territórios, dispersos pelo mundo (Tabela 4).

¹⁶ Carta de 11 de setembro de 1952, assinada pelos padres Lancelote Rodrigues, capelão dos refugiados de Xangai em Macau, Luís Ruiz, capelão do Centro de Gamboa e Padre Valois, capelão do Centro N.º 3, para o Chefe dos Serviços de Administração Civil, José da Costa Pereira, e para o Inspetor de Educação, sobre a situação dos estudantes refugiados de Xangai. Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*, fls. 304-306.

¹⁷ *Notícias de Macau*, Macau, 21 de maio de 1949, p. 1.

¹⁸ Alexandre, 1993, p. 64.

Território	Nº	%
Hong Kong	441	36,6
Brasil	264	21,9
EUA	132	10,9
Japão	92	7,6
Portugal	86	7,1
Canadá	39	3,2
Tailândia	29	2,4
Austrália	27	2,2
Inglaterra	17	1,4
Argentina	11	0,9
Lourenço Marques	8	0,7
Venezuela	7	0,6
Quelimane	6	0,5
Suécia	6	0,5
Formosa	5	0,4
Itália	4	0,3
Dinamarca	4	0,3
Trieste	4	0,3
Filipinas	4	0,3
França	4	0,3
Timor	3	0,2
Coreia	3	0,2
São Domingos	2	0,2
Holanda	2	0,2
Joanesburgo	2	0,2
Rodésia	2	0,2
Grécia	1	0,1
Palestina	1	0,1
TOTAL	1 206	100,0

Tabela 4. Portugueses provindos de Xangai que presentemente se acham residentes em Portugal, províncias ultramarinas portuguesas, Hong Kong e países estrangeiros (1953). Fonte: Documento assinado por Manuel Francisco Real Leitão, da Comissão de Fiscalização dos Centros dos Refugiados Portugueses de Xangai. Sd [1953]. Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*. Cálculos do autor. (Dias, 2015).

Não é de estranhar que aquelas duas colónias surgissem como uma alternativa possível para um grupo de pessoas que muito dificilmente poderiam ser absorvidas pelas estruturas económicas e sociais de uma pequena cidade como Macau. Todavia, as suas opções estavam longe de corresponder às expectativas definidas no quadro do regime colonial definido pelo Estado Novo, na década de 1940.

Quatro anos mais tarde, quando os refugiados de Xangai que permaneciam em Macau foram questionados sobre os territórios para onde desejariam emigrar, confirmou-se, mais uma vez que as motivações se afastavam dos espaços coloniais portugueses em África (Tabela 5).

Destino	N.º de refugiados	%
Estados Unidos da América	88	61,5
Hong Kong	8	5,6
Brasil	7	4,9
Angola	4	2,8
Portugal	4	2,8
África do Sul	1	0,7
Austrália	1	0,7
Canadá	1	0,7
Japão	1	0,7
Moçambique	1	0,7
Qualquer destino	3	2,1
Não deseja emigrar	24	16,8
Total	143	100,0

Tabela 5. Relação dos refugiados portugueses de Xangai, que desejam emigrar (1957). Fonte: Arquivo de Macau: Processos de Assistência aos refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/ACM/24/1 - AH/AC/28950 - A4071*. Cálculos do autor. (Dias, 2015).

Estas escolhas revelam que as motivações das escolhas dos migrantes macaenses se repartiram por três fatores que, no sistema migratório internacional, surgem como complementares: a proximidade geográfica (Hong Kong e Austrália); os laços históricos culturais (Brasil e Portugal); e, ainda, a atração por países que revelam um forte dinamismo económico (Estados Unidos da América). Um outro aspeto que não pode deixar de ser realçado é a distribuição destes migrantes por um vasto conjunto de territórios, o que nos indicia a grande dispersão geográfica da comunidade macaense após a II Guerra Mundial, a qual se prolongou pela segunda metade do século XX.

Continuando a recorrer aos dados reunidos por Jorge Forjaz, é possível confirmar estes destinos se tivermos por referência as moradas daqueles que identificámos como migrantes consultando as genealogias das famílias macaenses. Assim, com base nos dados disponíveis em *Famílias Macaenses* (Forjaz, 1996),

reunimos um conjunto de 3053 nomes que, de acordo com os seus endereços, na década de 1990, se distribuía por 33 países dos cinco continentes (Figura 5).

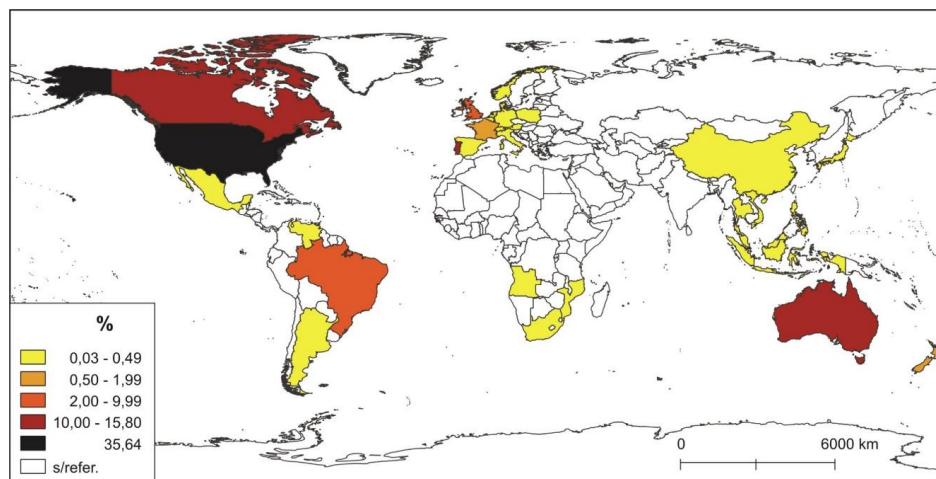


Figura 5. Países de residência dos migrantes macaenses (1995).
Fonte: Forjaz, 1996. Cálculos do autor. (Dias, 2015; Dias, 2016a).

Assim, no final do século XX, assumindo as 3053 moradas como uma amostra significativa, a Ásia reunia apenas 4,2% dos migrantes macaenses, seguida por África, com apenas 0,4%. Os países que concentravam mais migrantes macaenses localizavam-se, em primeiro lugar, no continente americano (58,6%) seguido, a grande distância, pela Europa (22,4%) e depois pela Oceânia (14,4%).

Podemos considerar que esta é a nova realidade que caracterizou o segundo período da diáspora macaense, ao longo da segunda metade de noventa, oferecendo-lhe a dimensão de um fenómeno migratório à escala mundial.

Conclusão

Tendo em conta as duas fases em que dividimos o fenómeno da diáspora macaense, consideramos que o movimento dos refugiados de Xangai constituiu o ponto de viragem, qualitativo e quantitativo, no que diz respeito à dimensão, intensidade e padrões de mobilidade que a diáspora assumiu no contexto da comunidade macaense. Deste modo, ao longo da segunda metade do século XX, a diáspora macaense viveu a segunda fase de uma história que se iniciou em meados de oitocentos, na sequência da I Guerra do Ópio.

A II Guerra Mundial e os impactes que teve em todo o mundo e a todos os níveis (políticos, económicos, sociais e culturais), em particular na China com a invasão japonesa, provocaram profundas mudanças na intensidade e nos sentidos dos fluxos migratórios dos macaenses. Também a situação política e militar interna da China, que levou à instauração da República Popular da China e ao fim definitivo das concessões estrangeiras, acelerou a saída dos macaenses de Xangai, principalmente nos anos de viragem para a década de 1950, até que o próprio Consulado de Portugal fechou as suas portas em 1952. Por seu lado, Hong Kong conheceu a guerra dentro do seu território, provocando a saída de muitos macaenses que se refugiaram em Macau, aos quais se foram juntando os refugiados de Xangai. Finalmente, a cidade de Macau, numa conjuntura difícil marcada pelo impacte do conflito mundial, viu-se obrigada a acolher muitas centenas de refugiados macaenses, para além de muitos chineses que encontraram na cidade um verdadeiro porto de abrigo.

Deste modo, os três principais territórios do primeiro período da diáspora transformaram-se nos territórios de partida dos macaenses que, nesta segunda fase, se dispersaram pelo mundo. Deles saíram muitas centenas de migrantes com destino a países que os acolheram e onde eles se foram integrando nas respetivas sociedades, deixando-se atrair pelo poder económico e o desenvolvimento social das sociedades da América do Norte (EUA e Canadá); aproximando-se de territórios com os quais existem laços histórico-culturais muito fortes e temporalmente duradouros (Portugal e Brasil); e procurando encontrar na Austrália uma sociedade desenvolvida, com as vantagens da proximidade geográfica.

Referências bibliográficas

Alexandre, V. (1993). Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. *Penélope*, 19, 53-66.

Bergère, M. (2002). *Histoire de Shanghai*. Paris: Fayard.

Dias, A. (1993). *Macau e a I guerra do ópio*. Macau: IPOR.

Dias, A. (2014). *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação Macau.

Dias, A. (2015). *Refugiados de Xangai. Macau 上海葡裔難民在澳門 (1937-1964)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau. (edição bilingue: português e chinês).

Dias, A. (2016a). *Diáspora Macaense. Territórios, Itinerários e Processos de Integração (1936-1995)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Dias, A. (2016b). *Refugiados de Xangai. Macau (1937-1964). Fundo Documental*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau.

Dillon, M. (2010). *China. A Modern History*. London: I. B. Taurius & Co Ltd.

Fairbank, J. (1992). *China. A new history*. Massachussets/London: The Belknap Press of Harvard University Press.

Forjaz, J. (1996). *Famílias Macaenses*. Lisboa: Fundação Oriente / Instituto Cultural de Macau.

Fenby, J. (2008). *History of modern China*. London: Penguin.

Henriot, C. & Roux, A. (1998). *Shanghai années 30. Plaisirs et violences*. Paris: Autrement.

Hsü, I. (1995). *The rise of modern China* (5.^a Ed.). New York: Oxford University Press.

Lovell, J. (2011). *The opium war. Drugs, dreams and the making of China*. London: Picador.

Sá, L. (1999). *The boys from Macau. Portugueses em Hong Kong*. Lisboa: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau.

Teixeira, M. (1965/1999). *Imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Fontes primárias

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Arquivo de Macau

Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553. Arquivo de Macau.

Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677. Arquivo de Macau.

Movimento dos refugiados vindos de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20078 - AH/AC/P-20004 - A1521. Arquivo de Macau.

Movimento dos refugiados vindos de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20076 - AH/AC/P-20002 - A1520 / A1521. Arquivo de Macau.

Processos de Assistência aos refugiados de Xangai. MO/AH/AC/ACM/24/1 - AH/AC/28950 - A4071. Arquivo de Macau.

Imprensa escrita

Boletim Oficial de Macau, Macau, 1937.

Notícias de Macau, Macau, 1949-1950.

North-China Herald, Xangai, 1850.

O Clarim, Macau, 1948-1951.